



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

V Curso de Iniciação Funcional para Magistrados

Módulo Nacional

Tribunais de Justiça dos Estados:

Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT

Minas Gerais – TJMG

Mato Grosso – TJMT

Paraíba – TJPB

Rio de Janeiro – TJRJ

Rondônia – TJRO

BRASÍLIA-DF

agosto/2013

COMPOSIÇÃO DA ENFAM

DIREÇÃO

Ministra **ELIANA CALMON** (Diretora-Geral)

Ministra **NANCY ANDRIGHI** (Vice-Diretora)

Juiz **RICARDO CUNHA CHIMENTI** (Juiz Auxiliar)

BENEDITO SICILIANO (Secretário-Executivo)

CONSELHO SUPERIOR

Ministra **Eliana Calmon**

Ministra **Nancy Andrighi**

Ministro **Arnaldo Esteves Lima**

Ministro **Castro Meira**

Ministro **Humberto Martins**

Desembargador **Marcos Alaor Diniz Grangeia**

Desembargadora Federal **Margarida Cantarelli**

Desembargador **Rui Stoco**

Juiz Federal **Walter Nunes**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. DADOS GERAIS DO CURSO	4
2. AVALIAÇÃO DE REAÇÃO – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA.....	5
2.1 Descrições das apurações dos dados da pesquisa – Fase quantitativa	5
2.1.1 Desenvolvimento do Curso	5
2.1.2 Apresentações das palestras e realização das oficinas.....	7
2.2 Transcrição da apuração das opiniões dos participantes – Fase qualitativa	10
2.2.1 Opiniões dos participantes quanto à Avaliação do Evento.....	10
2.2.2 Opiniões dos participantes quanto ao desenvolvimento das palestras, oficinas e visita.....	11
3. INVESTIMENTOS	13
4. CONCLUSÕES.....	14

INTRODUÇÃO

O presente relatório traz análise e conclusões tomadas a partir da avaliação do **V Curso de Iniciação Funcional para Magistrados – Módulo Nacional**, levada a efeito pelos magistrados participantes do evento.

O referido curso foi realizado no período de 24 a 28 de junho de 2013 pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM) em parceria com os seguintes Tribunais de Justiça: do Distrito Federal e dos Territórios e dos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Janeiro e Rondônia – TJDF, TJMG, TJMT, TJPB, TJRJ e TJRO. Objetivou promover a ambientação dos novos juízes em relação à missão da Enfam e, ainda: i) favorecer o conhecimento do contexto político e institucional dos principais órgãos e entidades vinculados aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; e ii) compartilhar informações sobre práticas de integração entre Judiciário e instituições convidadas.

A ação educacional foi desenvolvida em conformidade com a proposta metodológica pautada na perspectiva humanista, pragmática e sistêmica, com exposições de palestras e debates, focados na troca de experiências entre palestrantes e participantes – metodologia considerada eficaz para o aprofundamento das temáticas abordadas.

O curso foi coordenado pela Ministra Eliana Calmon (Diretora-Geral); Dr. Ricardo Cunha Chimenti (Juiz Auxiliar) e Dr. Benedito Siciliano (Secretário Executivo). Contou com o apoio da Escola de Magistratura Federal - 1ª Região (ESMAF) que disponibilizou o espaço físico e prestou auxílio nas questões de logística.

Os dados que fundamentam este relatório foram obtidos nos documentos atinentes ao planejamento do curso e por meio da “Avaliação de Reação” respondida pelos magistrados participantes que registraram impressões sobre o desenvolvimento do evento, conforme se vê a seguir.

1. DADOS GERAIS DO CURSO

Período de realização: de 24 a 28 de junho de 2013.

Carga horária: 41 horas-aula¹

Data/Horários:

24/06/2013 - TARDE: DAS 13H15 ÀS 19H

25/06/2013 - MANHÃ: DAS 8H00 ÀS 13H00 / **TARDE:** DAS 14H30 ÀS 19H00

26/06/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 12H00 / **TARDE:** DAS 13H30

27/06/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 18H30

28/06/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 11H00

Local: ESMAF 1ª REGIÃO – SCES – Trecho 2, Lote 21 – Auditório – Brasília-DF

Público-alvo: Magistrados recém-ingressos na carreira da magistratura dos Estados do Distrito Federal e dos Territórios, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Janeiro e Rondônia – TJDF, TJMG, TJMT, TJPB, TJRJ e TJRO.

Total de inscritos no curso: 135 (cento e trinta e cinco).

Total de concludentes: 134 (cento e trinta e quatro).

Total de atividades enviadas: 126 (cento e vinte e seis).

Certificação: foram disponibilizados na plataforma da Enfam 126 (cento e vinte e seis) certificados para os magistrados-alunos que enviaram atividade de aprendizagem (ensaio).

¹ Carga horária: 1º dia – 5h45min, 2º dia – 8h30min, 3º dia – 9h, 4º dia – 8h30min, 5º dia – 2h30 / total: 34h15min = 34,25h = 41h10min = 41 h/a

2. AVALIAÇÃO DE REAÇÃO – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA

Abordagem/tipo de pesquisa: quantitativa-qualitativa.

Instrumento de coleta: questionário estatístico com questões estruturadas e fechadas e, também, com espaços para as avaliações qualitativas (registro das opiniões dos participantes).

A avaliação quantitativa ocorreu com a atribuição de conceitos (ótimo, bom, regular e ruim) aos itens relativos ao desenvolvimento dos cursos e expositores.

Forma de entrega e coleta: presencial, no último dia do curso, com questionários impressos.

Forma de tabulação/tratamento dos dados: tabelas/planilhas do Excel.

Universo da pesquisa: 134 (cento e trinta e quatro) magistrados participantes do curso.

Participantes da pesquisa: 111 (cento e onze).

Data da coleta: 24 a 28/6/2013.

2.1 Descrições das apurações dos dados da pesquisa – Fase quantitativa

Na etapa quantitativa, o relatório “Avaliação de Reação” buscou obter impressões sobre o desenvolvimento do curso propriamente dito e quanto às apresentações das instituições convidadas para as palestras, conforme se vê:

2.1.1 Desenvolvimento do Curso

Foram avaliadas as seguintes variáveis com os respectivos itens:

a) Objetivo curso:

1. Desenvolvimento dos temas em relação aos objetivos do curso;
2. Adequação do conteúdo programático aos objetivos do curso;
3. Adequação dos materiais de apoio ao desenvolvimento dos temas.
4. Qualidade do material didático entregue (textos e apostilas, canetas etc.).
5. Adequação da carga horária ao desenvolvimento dos temas.
6. Integração dos participantes para o desenvolvimento das atividades.

b) Organização do evento:

7. Apoio ao participante durante o evento.
8. Agilidade na resolução de problemas.
9. Qualidade das informações prestadas.
10. Infraestrutura (instalações e comodidade) do local do evento.

c) Aplicabilidade:

11. Utilidade dos conteúdos abordados no curso para as atividades desempenhadas no trabalho.

12. Capacidade de reconhecer as situações em que é possível aplicar os novos conhecimentos.

d) Avaliação geral do evento:

13. De modo geral, considere que este EVENTO foi

Na opinião da maioria dos 111 (cento e onze) participantes, o *Desenvolvimento do Evento* foi avaliado com conceitos entre “ótimo” e “bom”.

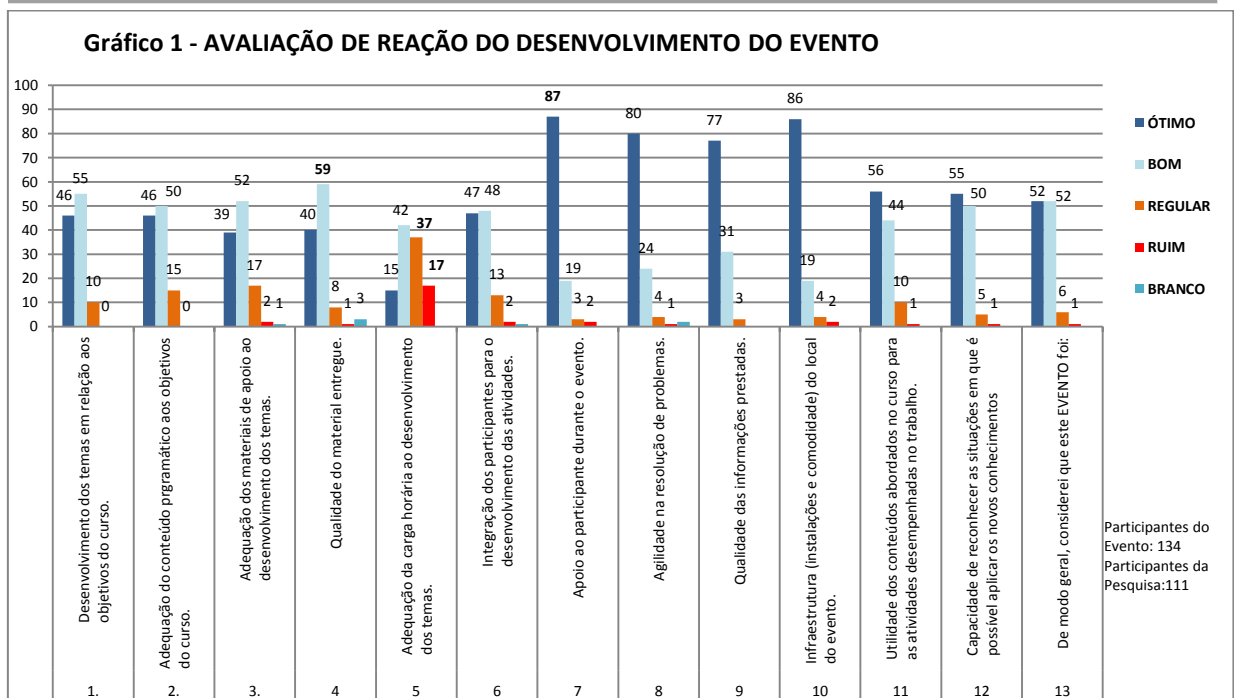
Os itens avaliados com maior destaque para o conceito “ótimo” foram os seguintes:

7. *Apoio ao participante durante o evento.*
8. *Agilidade na resolução de problemas.*
9. *Qualidade das informações prestadas.*
10. *Infraestrutura (instalações e comodidade) do local do evento.*
11. *Utilidade dos conteúdos abordados no curso para as atividades desempenhadas no trabalho.*
12. *Capacidade de reconhecer as situações em que é possível aplicar os novos conhecimentos*

Os itens avaliados com maior destaque para o conceito “bom”, conforme respostas dos participantes foram os seguintes:

1. *Desenvolvimento dos temas em relação aos objetivos do curso;*
2. *Adequação do conteúdo programático aos objetivos do curso;*
3. *Adequação dos materiais de apoio ao desenvolvimento dos temas.*
4. *Qualidade do material didático entregue (textos e apostilas, canetas etc.).*
5. *Adequação da carga horária ao desenvolvimento dos temas.*
6. *Integração dos participantes para o desenvolvimento das atividades.*

As opiniões dos participantes quanto à avaliação geral do evento igualaram-se: 52 (cinquenta e dois) magistrados opinaram que o evento, de forma geral, foi “ótimo” e a mesma quantidade de participantes considerou que o curso foi “bom. Foram verificados índices de respostas para os conceitos “regular” e “ruim” com maior destaque para o item nº 5 (*Adequação da carga horária ao desenvolvimento dos temas*). O Gráfico 1 traz o panorama das avaliações obtidas.



2.1.2 Apresentações das palestras e realização das oficinas

As palestras e oficinas abordaram os seguintes aspectos:

1. *O Juiz e o Jurisdicionado*
2. *Sistema Carcerário e Medidas Socioeducativas*
3. *Oficinas de trabalho (Tema Único – Sistema Carcerário)*
4. *Erradicação do Subregistro Civil*
5. *Oficinas de trabalho (Temas: Registro de Imóveis, Notas, Protestos e Registro Civil)*
6. *Políticas Nacionais sobre Drogas*
7. *Ações interdisciplinares no assessoramento à função judicante*
8. *Oficinas de trabalho (Tema Único – Estruturas existentes e procedimentos para instalação e utilização prática dos meios disponíveis)*
9. *O papel do Judiciário no combate às drogas*
10. *Visão do Judiciário sob a perspectiva social*
11. *O Judiciário e os meios de comunicação*
12. *Visita ao Superior Tribunal de Justiça*
13. *Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – Benefícios que mais geram demandas judiciais » Questões relativas à competência delegada*
14. *Principais recursos judiciais em matéria previdenciária*
15. *Oficinas de trabalho (Tema – Direito Previdenciário)*
16. *Oficinas de trabalho (Tema – Processo de Improbidade Administrativa)*
17. *Sistemas BacenJud e Renajud*
18. *Oficinas de trabalho (Tema – Gestão Cartorária)*
19. *O Juiz e a Sociedade*
20. *Enfrentamento da Violência Doméstica*

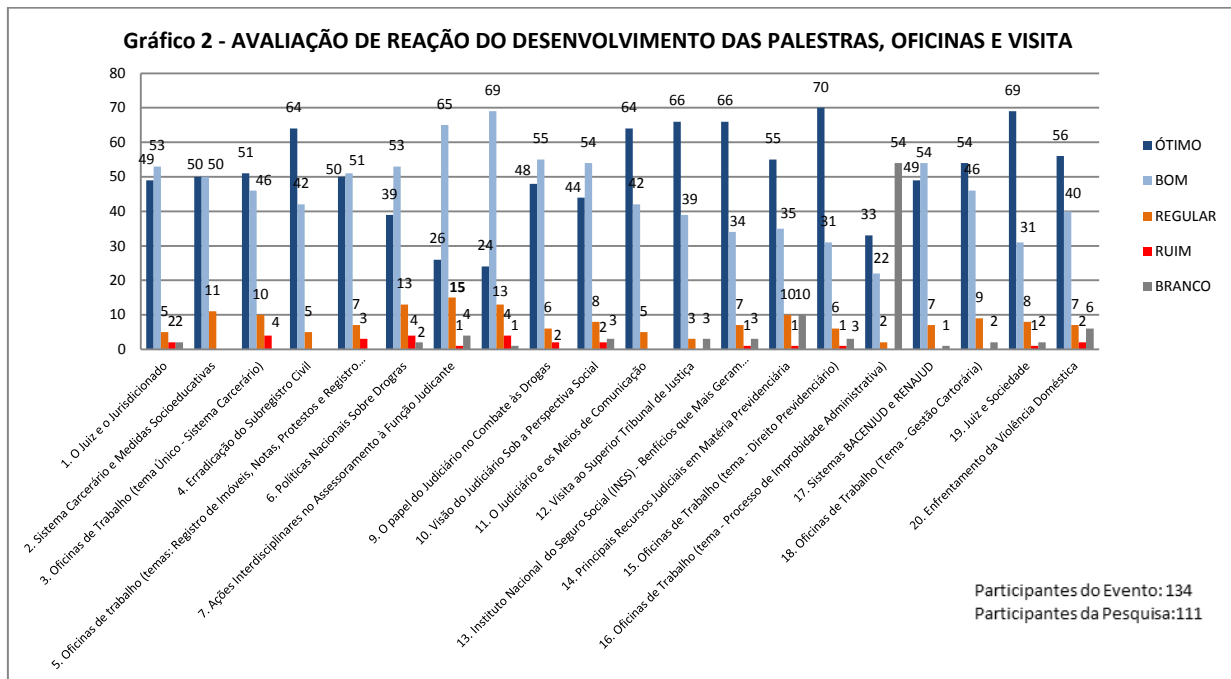
Os referidos itens (entre temas, oficinas e visitas) foram bem avaliados com destaque para os conceitos “ótimo” e “bom”. Para o conceito “ótimo” tem-se os itens:

3. *Oficinas de Trabalho (Tema Único – Sistema Carcerário)*
4. *Erradicação do Subregistro Civil.*
11. *O Judiciário e os Meios de Comunicação.*
12. *Visita ao Superior Tribunal de Justiça.*
13. *Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - Benefícios que Mais Geram Demandas Judiciais - Questões Relativas à Competência Delegada.*
14. *Principais Recursos Judiciais em Matéria Previdenciária.*
15. *Oficinas de Trabalho (tema - Direito Previdenciário).*
16. *Oficinas de Trabalho (tema - Processo de Improbidade Administrativa).*
18. *Oficinas de Trabalho (Tema - Gestão Cartorária).*
19. *Juiz e Sociedade.*
20. *Enfrentamento da Violência Doméstica.*

Os itens avaliados com maior destaque para o conceito **bom** foram os seguintes:

1. *O Juiz e o Jurisdicionado.*
5. *Oficinas de trabalho (temas: Registro de Imóveis, Notas, Protestos e Registro Civil).*
6. *Políticas Nacionais Sobre Drogas.*
7. *Ações Interdisciplinares no Assessoramento à Função Judicante.*
8. *Oficinas de Trabalho (tema único: Estruturas Existentes e Procedimentos para Instalação e Utilização Prática dos Meios Disponíveis).*
9. *O papel do Judiciário no Combate às Drogas.*
10. *Visão do Judiciário Sob a Perspectiva Social.*
17. *Sistemas BACENJUD e RENAJUD.*
20. *Enfrentamento da Violência Doméstica.*

Dentre os 20 itens avaliados, registraram-se, também, algumas respostas para os conceitos “regular” e “ruim”. O gráfico 2 a seguir apresenta um panorama das avaliações.



2.2 Transcrição da apuração das opiniões dos participantes – Fase qualitativa

Na avaliação qualitativa, foram registradas algumas observações/sugestão quanto à execução do curso como um todo. São elas:

2.2.1 Opiniões dos participantes quanto à Avaliação do Evento

Participante (P).5 – Compreendi que a carga horária prejudicou um desenvolvimento mais adequado dos temas discutidos.

P.6 – Em que pese a realidade (...), penso que os conteúdos foram elaborados de forma muito apressada, concentrando várias atividades em curto espaço, e que inviabilizou o debate. Outrossim, o curso foi formatado sob a sistemática de palestras, tornando-o enfadonho quando o debate deveria ser privilegiado, bem como a integração entre os novos magistrados.

P. 13 – A única crítica que deixo é relacionada às oficinas, pois o modo como as turmas foram divididas fez com que as aulas fossem bastantes corridas, o que, penso eu, poderia ter sido evitado, com aulas mais longas e, com isso, mais produtivas.

P. 17 – Ausência de material de apoio em relação a todos os temas abordados. Carga horária reduzida para abordar os temas indicados, como por exemplo, as palestras sobre execução penal, direito previdenciário e gestão cartorária.

P. 20 – Horário reduzido para o almoço, período do almoço muito corrido; ônibus com pouco conforto, sem ar condicionado; propor visita ao congresso e ao STF.

P. 21 – Sugestão: retirar o coffee-break da manhã para possibilitar a saída mais tarde do hotel, a fim de possibilitar um café da manhã mais tranquilo.

Crítica: ônibus sem conforto algum; não realização da visita ao STF.

P. 26 – Tempo insuficiente para algumas oficinas.

P. 29 – Restringir a formulação de perguntas e manifestações durante as palestras.

P. 32 – 1. Acredito que o curso deve ser realizado após o exercício do juiz na sua comarca depois um tempo de prática, no mínimo, seis meses.

2. Acredito que as oficinas de trabalho são cansativas para os palestrantes, pois precisam ficar repetindo o mesmo assunto para várias turmas. Acredito que as palestras poderiam ser para todos; sem segregação.

3. Ficou faltando assunto importante tais como execução fiscal, ECA, dentre outros, os quais ocupam a pauta do magistrado.

4. Acredito que o curso deve ter um cunho mais prático e não teórico.

5. O conquetel de convivência deve ser melhorado.

P. 33 – Carga horária muito cansativa.

P. 39 – Deveria ter sido destinado um tempo para visita ao STF.

P. 49 – Antes de elaborar o curso, talvez seja interessante enviar questionários aos novos juizes, para que estes apontem os temas de que mais convém.

P. 53 – Bem pensado e estruturado. O condutor do evento Ricardo Chimenti mostrou-se bem preparado, polido e integrador. Ótimo profissional. Senti falta de um tema específico de união da categoria, unificando intenções e ideias. Deveria haver um momento maior de audição das angústias da magistratura.

P. 56 – a carga horária poderia ser significativamente maior, especialmente nas intervenções relacionadas à Gestão. Poderia ser fixado um limite ou momento específico para comentários/questionamentos, de modo a permitir que os palestrantes que prepararam intervenções estruturadas concluem seus raciocínios.

P. 57 – “Item 5”, como alguns temas foram pouco desenvolvidos em função da escassez do tempo disponibilizado, acredito que o curso deve reanalisar a questão tempo x quantidade de temas, para que estes sejam abordados com mais profundidade.

P. 58 – “Item 2”, algumas das palestras e objetivos focaram em pontos não ligados à atividade prática do curso; Se resumíssemos a pontos burocráticos, irrelevantes para o dia-a-dia da magistratura.

“Item 5”, a carga horária se mostra insuficiente para o completo desenvolvimento dos temas propostos.

P. 63 – Considero que houve prejuízo em razão do modelo de oficinas utilizado, pois melhor seria o melhor aproveitamento do tempo.

P. 65 – Considero que o modelo utilizado nas oficinas de trabalho, consistente em divisão da turma em grupos, trouxe prejuízo ao conteúdo, haja vista o curto tempo para exposição de cada tema.

V Curso de Iniciação Funcional para Magistrados – Módulo Nacional TJDFT, TJMG, TJMT, TJPB, TJRJ, TJRO

P. 71 – Sugiro que os cursandos possam visitar por mais tempo, e participar das sessões de julgamento do STJ e STF; sugiro a inclusão de um dia de debates com os ministros do STJ e/ou STF a fim de tratar de temas específicos da carreira e prática da magistratura.

P. 78 – As atendentes poderiam ser mais simpáticos e ter uma sala com computador e impressora à disposição dos participantes.

P. 80 – O curso foi bom, com muitos pontos positivos. Acredito que poderia ter uma melhor adequação do tempo aos conteúdos, temas de muito interesse e utilidade não foram adequadamente desenvolvidos por falta de tempo, enquanto outros temas foram tratados de forma singular -> UIRE Acredito também que o material poderia ter sido melhor preparado, no tocante material que deveria ser fornecido, por exemplo, modelos, textos, roteiros, tabelas, etc. Por exemplo, poderia ser entregues modelos de decisões da UEC, roteiro de boas médias da UEC; roteiro de gestão de cartórios judiciais, roteiros de correção extrajudicial.

Muitos temas abordados partiram da situação específica encaminhando-se para o geral, exemplo registro civil do Rio, subregistro”, acredito que seria melhor uma abordagem partindo-se do geral e encaminhando-se para a experiência específica, principalmente por conta do pouco tempo. As perguntas durante as explicações atrapalham e dispersam, talvez se fossem feitas somente ao final, após toda apresentação aproveitaria-se mais o que os palestrantes têm para nos dizer. Algumas palestras ficaram comprometidas em razão das intervenções, que na maioria das vezes não traduz geral. Acredito também que um pré-curso no sistema EAD, preparando-nos em todos os sentidos para o encontro presencial colaboraria para o melhor aproveitamento. Poderiam ser disponibilizadas aulas, palestras no EAD e o encontro presencial serviria para discussão, o que ocorreria principalmente nas oficinas, dando prosseguimento à discussões.

P.101 – Sugiro comentar os debates nas oficinas, otimizando o tempo das palestras. Carga horária pequena para maioria das matérias, mormente nas oficinas. Preferível menos temas, mas com maior profundidade. Também penso ser importante promover uma maior integração entre os colegas dos diversos Tribunais, de preferência no 1º dia. Como pontuou o Herald, comunicação/apresentação é essencial.

P. 102 – O transporte dos magistrados não atendeu as expectativas. Foram disponibilizados ônibus antigos e sem ar condicionado, o que causou desconforto aos passageiros.

P. 105 – Críticas: alguns dos temas abordados são estranhos a juizes com semanas ou meses de carreira, exs.: fiscalização de cartórios extrajudiciais, administração de presídios; Seriam úteis para juizes com um, dois ou mais anos de carreira; Nesse caso, entendo que há um erro no direcionamento das palestras; Alguns dos temas dizem respeito a questões regionais, notadamente no âmbito do TJDFT, os quais não se mostram de aplicação prática em outros estados (ações interdisciplinares no assessoramento à função judicante e suas oficinas de trabalho – dia 25/06)

Sugestões: abordagem de assuntos mais concretos: Gestão Cartorária, Rotinas de Otimização, Padronização de Procedimentos (o tempo de exposição destes temas foi muito curto, tendo em vista a importância dos temas), bem como mediação judicial.

Elogios: temas importantes abordados (para os quais deve ser dado maior tempo e atenção): Sistemas BacenJud, RenaJud, InfoJud, etc., competência delegada em matéria previdenciária, judiciária e meios de comunicação, Gestão Cartorária.

2.2.2 Opiniões dos participantes quanto ao desenvolvimento das palestras, oficinas e visita

P.4 – Com relação ao tema e desenvolvimento da palestra sobre o Judiciário e os meios de comunicação, percebi que o improviso e a falta de dinâmica e objetividade da exposição tornaram a palestra pouco agradável e, a meu ver, quase utilidade. O tempo disponível para a visita ao STJ prejudicou uma melhor apresentação do Tribunal. Ressalto, todavia, de um modo geral, de extrema valia e qualidade do curso que nos foi disponibilizado.

P.5 – Como salientado anteriormente, o curso despendeu muito tempo em palestras em detrimento dos debates e da integração. De muito mais valia, veio a realização de oficinas conduzida por juizes substitutos, com a troca de experiências acerca da função judicante, onde poderia haver a troca de experiências, angústias e anseios. Penso que deveria haver visitas monitoradas aos órgãos de cúpula do judiciário, sendo recebidos pelos seus mandatários, o meio de que se reconhecesse o novo magistrado como ... do Poder. Lado outro, não houve a necessária atenção da cúpula aos juizes de piso, sendo transferido a estes a responsabilidade pela magistratura do judiciário. No presente curso a visita ao ATJ foi extremamente válida, embora muito rápida. Neste sentido, a organização do curso merece congratulações pela iniciativa e as colocações feitas são no intuito de seu preparamento.

P. 16 – Alguns temas foram abordados em um tempo muito reduzido, como a gestão cartorária, ferramentas para execução penal e competência delegada em matéria previdenciária. A oficina de improbidade administrativa deveria ter sido realizada para todos os participantes.

P. 27 – Os ônibus disponibilizados foram ruins; o curso de Gestão Cartorária foi ótimo. Deveria durar um dia inteiro, possibilitando discussões práticas.; A ENFAM deveria disponibilizar um curso online de Gestão Cartorária; De toda forma, a ENFAM está de parabéns.

P. 34 – Aplicação do curso de modo que os magistrados que participaram deste módulo tenham outros dois ou três, abordando outros temas, como, por exemplo, módulo cível e módulo criminal, exclusivamente.

P. 39 – O tempo destinado a Oficina de Gestão Cartorária não foi suficiente para um melhor aproveitamento.

P.45 – Apenas parabeno e agradeço pela excelência do curso. Foi extremamente produtivo.

P. 47 – O modelo de “palestras” está ultrapassado, ninguém consegue prestar atenção por mais de 30 minutos. É preciso encontrar métodos nas dinâmicas de transmissão de conhecimentos. Os juizes dos tribunais diferentes devem ter mais oportunidades de interação. O espaço (tempo) para debates deve ser ampliado. É preciso incentivar os juizes a serem mais críticos com relação aos desmandos administrativos da cúpula.

P. 52 – As palestras devem ser mais objetivas e focadas em questões práticas. O tempo deve ser melhor distribuídos entre os temas.

P. 53 – Os temas e o modo de exposição foram ótimos. Principalmente o modo de oficina dividido por turmas. Apenas faltou mais tempo. Parabéns!

V Curso de Iniciação Funcional para Magistrados – Módulo Nacional TJDF, TJMG, TJMT, TJPB, TJRJ, TJRO

P. 54 – O curso acaba sendo muito curto para o desenvolvimento de todos os temas. Talvez duas semanas fossem o ideal para o desenvolvimento dos temas com mais tranquilidade.

P. 79 – As palestras sobre o uso do processo eletrônico e das novas tecnologias no exercício da atividade judicante foram excelentes, seria muito interessante que os Tribunais, como o de Minas Gerais, fossem estimulados a adotá-las.

P. 80 – O curso teve uma grande utilidade na promoção do contato entre os magistrados de vários estados, o que facilitou o intercâmbio e a troca de experiências. As críticas e sugestões são feitas com extremo “carinho” e respeito. A primeira prova já foi dada, pelo que estão de parabéns, portanto, o que escrevo tem como único fim colaborador.

P. 81 – As atividades práticas são mais importantes que palestras apenas sobre a teoria.

P. 84 – A carga horária foi mal distribuída, deveriam ser privilegiados temas práticos, voltados ao dia-a-dia do juiz, ao invés de outros como Gestão de Recursos do Sistema Carcerário ou especificidades em matéria de registro. Desfaço negativamente ainda a postura ideológica aplicada pelo procurador do INSS NA OFICINA DE Direito Previdenciário, que aparentemente visava apenas convencer os ouvintes do acerto das teses fazendárias. As oficinas, alias, são ideias mal aproveitadas. Os ouvintes são obrigados a passar horas em salas extremamente desconfortáveis, sem qualquer sentido. O que ocorre é simplesmente a transferência das palestras que estavam no auditório para as referidas salas, pois não há qualquer debate. Além de mal distribuída, a carga horária diária é exagerada, e ainda assim é estendida em razão dos constantes atrasos. O coquetel foi uma ideia interessante, mas extremamente mal aplicada. Os magistrados foram deixados numa sala superlotada, sem conhecer as instalações da escola, e sem que a comida servida chegasse perto de dar razão ao número de convidados. Outrossim, os constantes “convites” para que os convidados sentar-se nas fileiras da frente dos auditórios nas palestras são desnecessários e inoportunos – a atenção e a participação não se medem pela localização. Por outro lado, algumas palestras foram interessantes e enriquecedoras, como as referente à Gestão Cartorária, sub-registro e a relação com os meios de comunicação.

P.85 – A carga horária poderia ter sido mais bem distribuída entre os dias da palestra. Além disso, temas absolutamente relevantes, como Gestão Cartorária e Sistemas Informáticos, foram preferidos por palestras de pouca utilidade, a exemplo das palestras sobre drogas. Parece-me que este evento deveria focar-se em apresentar soluções práticas para o dia-a-dia do juiz, sem investir em palestras de viés ideológico (como a do sistema carcerário e as palestras sobre drogas). Também acho relevante exigir dos palestrantes o mesmo rigor com o horário que é exigido dos juizes.

P.86 – Estive presente à 4ª edição do curso, pelo TJMG; e a 5ª, pelo TJRJ. Achei que a 5ª edição foi consideravelmente melhor que a anterior, valendo destacar que minha avaliação para a 4ª edição já foi muito boa. A palestra da Dr.ª Luciana Gross e do jornalista Herald Pereira enriqueceram muito o conteúdo. A carga horária, até 12h – que não foi observada – continua exagerada. O cansaço acumulado e a noite de poucas horas de sono repercutem no aproveitamento do dia seguinte. Falta, ainda, um tratamento mais sistemático, nas palestras, dos erros mais comumente cometidos pelos juizes com relação aos temas tratados, e que devem ser evitados. É muito ruim ficar no Curso e não ter a opção de lanchar, quando o curso não oferece lanche. Nessas ocasiões, ficamos muitas horas (6h ou 7h, no mínimo) sem comer nada, por disposição do curso, e sem ter a opção de comer! Não há como estar predisposto a receber informação, a ter experiências, nessas circunstâncias. O Ricardo Chimenti é excelente na condução dos trabalhos. Gostaria de saber qual é o me canal – eu, juíza de comunicação com o CNJ, principalmente naquelas situações em que não temos apoio do nosso Tribunal, e precisamos de ajuda nesse diálogo. O curso teria sido uma excelente oportunidade para nos aproximar (apresentar) do Conselho.

P.93 – A visita ao STJ poderia ter durado mais. As salas das oficinas de trabalho deveriam ter microfones. Seria importante uma visita ao STF e TSE. As oficinas de trabalho foram muito interessantes, mas o tempo foi muito exiguo. Talvez tivesse sido melhor fazer um curso de 2 semanas, mas com mais tempo para as palestras e menos temas por dia, de modo que o aproveitamento fosse melhor. Seria importante a prática do uso de ferramentas do BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e CCS.

P. 95 – Os horários dever ser respeitados e também é importante que sejam colocados intervalos entre as palestras. Do jeito que foi feito, fica cansativo, o que atrapalha o rendimento. As palestras e oficinas do Direito Previdenciário foram as mais úteis. As palestrantes também eram muito boas. Acredito que o modo como as oficinas são feitas – com separação do grupo e rodízios de assuntos – não gera otimização do tempo.

P. 99 – A carga horária foi muito pesada e corrida. Os melhores temas (cartório) foram muito corridos. A oficina da psicóloga sobre as Drogas foi verdadeira palestra e muito ruim. O ônibus do STJ é bastante desconfortável.

3. INVESTIMENTOS

O investimento total foi de **R\$ 369.397,45 (trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e cinco centavos)**, sendo **R\$ 347.192,07 (trezentos e quarenta e sete mil, cento e noventa e dois reais e sete centavos)** destinados a despesas com diárias de tutores e participantes, e **R\$ 22.205,38 (vinte e dois mil, duzentos e cinco reais e trinta e oito centavos)**, com passagens de tutores.

4. CONCLUSÕES

Com fundamento nos dados apurados na pesquisa, abordados neste relatório, pode-se concluir que a avaliação quanto à organização do curso foi positiva, uma vez que obteve conceitos entre ótimo e bom. De igual forma, as apresentações dos temas pelos entes convidados foram bem avaliadas, pois as respostas concentram-se entre os conceitos **ótimo e bom**.

No entanto, o resultado obtido não impede o constante aperfeiçoamento para a realização de novos cursos/eventos, especialmente quanto à adequação da carga horária ao desenvolvimento dos temas, a maior interação entre os juízes participantes, bem como a melhor administração do tempo, mesclando palestras com visitas.

É importante ressaltar que a avaliação de reação destina-se à melhoria do processo pedagógico, permitindo ser percebida como aliada da formação e do aperfeiçoamento do magistrado tal qual um instrumento para guiar e auxiliar na eficácia das ações educacionais futuras e, principalmente, ser compreendida como uma estratégia vinculada às metas estabelecidas no que diz respeito aos objetivos pretendidos, às aprendizagens desejáveis, à qualidade e à efetividade dos cursos.

Tem-se, assim, que a partir do registro da satisfação/insatisfação ou opinião/sugestão dos cursistas, é possível fazer vínculo de sua reação com a eficácia da ação educacional, trabalhando-se os pontos fracos para atingir as metas desejadas.

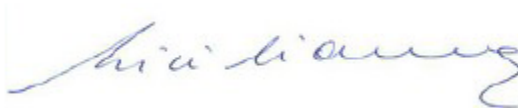
Brasília-DF, 12 de agosto de 2013.



Emília Maria Rodrigues da Silva

Coordenadoria de Pesquisa e Ensino

De acordo.



Benedito Eugênio de Almeida Siciliano

Secretário-Executivo